



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Presidente da Comissão: Ver. Sonia Rabello

Relatora: Ver. Andrea Gouvêa Vieira

Membros: Ver. Tio Carlos, Ver. Reimont, Ver. Roberto Monteiro

2 de dezembro de 2011



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

- I. **Sumário**
- II. **Introdução**
- III. **Bens Culturais em Precário e Limitado Estado de Conservação**
 - 1. **Igreja do Rosário e São Benedito**
 - 2. **Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé**
 - 3. **Capela Nossa Senhora dos Remédios**
 - 4. **Hospital-Escola São Francisco de Assis**
 - 5. **Automóvel Clube do Brasil**
 - 6. **Solar do Visconde do Rio Seco**
 - 7. **Asilo São Cornélio**
 - 8. **Largo do Boticário**
 - 9. **Museu Nacional (Paço de São Cristóvão)**
 - 10. **Palácio Gustavo Capanema**
 - 11. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**
 - 12. **Parque do Flamengo – Marina da Glória**
- IV. **Bem Cultural sem Proteção Legal**
 - 1. **Antigo Museu do Índio**
- V. **Audiência Pública**
 - 1. **Debate Público em Santa Teresa**
- VI. **Conclusão**
- VII. **Anexos**



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

I. Introdução

Apresentamos o Relatório Final da Comissão Especial de Patrimônio Cultural com as informações sobre o precário e limitado estado de conservação de bens culturais significativos da cidade do Rio de Janeiro, atendendo aos objetivos e atribuições desta Comissão, conforme a Resolução Nº 1206/2011, de 31/03/2011, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Anexo). Apuramos e aqui divulgamos a situação parcial do patrimônio cultural na Cidade do Rio de Janeiro, avaliando e dando transparência às políticas públicas e ações de proteção a ele relacionadas; destacamos os bens em estado precário de conservação que merecem especial atenção do Poder Público.

A relação dos bens culturais em precário ou limitado estado de conservação foi definida, nesta etapa, com base em solicitações de cidadãos e instituições. Também utilizamos como referência o trabalho desenvolvido na área de patrimônio cultural pela Vereadora Sonia Rabello.

Se hoje estamos focando essencialmente o patrimônio edificado é porque a urgência de sua conservação está presente na vida de todos os cariocas. Assim, consideramos que este relatório espelha apenas uma etapa de um amplo trabalho que devemos enfrentar tendo em vista a importância sócio-econômica e histórica de nossos bens culturais.

Este relatório foi realizado com base em pesquisa histórico-arquitetônica e visitas técnicas aos bens culturais pelos Assessores Técnicos da Comissão. A pesquisa foi baseada na bibliografia atualizada e nas informações disponibilizadas pelas instituições de preservação. Também utilizamos os textos e fotografias da Vereadora Sonia Rabello, disponibilizados em seu *site* e *blog*, que são fontes importantes sobre o patrimônio cultural. As visitas técnicas foram realizadas com a observação direta das edificações históricas e entrevista informal aos seus responsáveis, ou ocupantes ou vizinhos. Para a visita técnica elaboramos uma ficha com os seguintes dados sobre cada bem cultural: denominação, proprietário, proteção, histórico resumido, atual estado de conservação, conclusões e fotografias. Esta ficha tem caráter de relatório de pesquisa sistematizado e facilita as informações básicas necessárias.

A comissão criou uma página (http://www.camara.rj.gov.br/patrimonio_cultural.php) dentro do portal da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com a finalidade de dar transparência a todos os trabalhos desenvolvidos.

Dentre os treze bens culturais, doze são tombados pelo IPHAN ou INEPAC, sendo públicos a maioria. Quatro edificações pertencem a instituições religiosas católicas, duas estão sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma é próprio municipal, uma é próprio estadual, duas são próprios federais, um logradouro público sob a responsabilidade do município e um de propriedade privada.

A situação de conservação é preocupante considerando a omissão dos proprietários e a fragilidade de atuação das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural tombado. Chamamos atenção para o fato de que



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

a Cidade do Rio de Janeiro é candidata, junto à UNESCO, ao título de Paisagem Cultural da Humanidade, o que é um paradoxo.

Assim, apresentamos este relatório para aprovação final da Comissão Especial de Patrimônio Cultural da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

III. Bens culturais em precário e limitado estado de conservação:

1. Igreja do Rosário e São Benedito (Igreja da Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro)

1. **Endereço:** Rua Uruguaiana, 77 – Centro – CEP 20.050-095
2. **Proprietário:** Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos
Responsável: Dr. Juarene Nogueira de Souza, administrador judicial da Irmandade.
Telefones: (21) 3860-2025 / 3860-0607 / 2224-2900 / celular 7821-9090
Capelão da Irmandade (Arquidiocese do Rio): Pe. Anderson de Araújo (celular 7229-0123)
3. **Proteção:** Tombada pelo IPHAN, conforme Processo Nº 0018-T-38, em 07/04/1938, Livro Histórico, Inscrição: 010 e Livro de Belas Artes, Inscrição: 024. O tombamento inclui todo o acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo do IPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/IPHAN.
4. **Histórico resumido:** A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos foi fundada em 1669, para congregar os negros e pardos do Rio de Janeiro. Naquela época funcionava na igreja jesuítica de São Sebastião, no morro do Castelo (atualmente demolido), de onde tiveram de sair por volta de 1700. A Irmandade construiu uma nova igreja entre 1701 e 1737 na rua da Vala, atual rua Uruguaiana, que naquela época se localizava nos limites da cidade. A capela-mor atual é o resultado de uma reconstrução por volta de 1772. No século XIX a igreja passou por uma grande reforma, na qual a decoração interna em talha dourada foi refeita por Antônio José Monteiro (cerca de 1861). A fachada também foi alterada, com a reconstrução total das duas grandes torres. Foi mantida a portada maneirista de inícios do século XVIII. Durante um período de 13 anos, entre 1812 e 1825, funcionou nas dependências da igreja o Senado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Dali saiu, a 9 de Janeiro de 1822, a comitiva que impeliu Dom Pedro de Alcântara, então Príncipe-Regente do Reino do Brasil, a proclamar o “Dia do Fico”. No mesmo lugar ele foi aclamado Defensor Perpétuo do Brasil em 13 de maio de 1822, meses antes de ser proclamado e sagrado Imperador do



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Brasil em 12 de outubro de 1822. Como irmandade de negros e pardos, destacados membros dessa comunidade formaram parte da Irmandade do Rosário e São Benedito na época colonial, como o escultor Valentim da Fonseca e Silva — Mestre Valentim, enterrado na igreja em 1813 e recordado na entrada em uma placa de bronze — e o compositor e regente Padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), que foi diretor musical da igreja (1798-1808), quando ela ainda era catedral da cidade.

5. **Atual estado de conservação:** Atualmente a igreja não tem praticamente nenhuma decoração interna, devido a um incêndio ocorrido em 1967, que destruiu os altares e a talha das capelas, paredes e colunas. No incêndio perdeu-se também grande parte do acervo do chamado Museu do Negro. O interior foi reconstruído em 1968 pelos arquitetos Lúcio Costa e Sérgio Porto. Seu aspecto original, contudo, jamais poderá ser recuperado. Em abril de 2010 o templo começou a receber intervenção do IPHAN, uma vez que as instalações elétricas apresentavam sério risco de curto. Até hoje não houve conclusão das obras. Consta que a Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro possui um projeto de restauração completa da igreja. Contudo, em virtude de a Irmandade estar sob administração judicial, aparentemente nada mais se procedeu. O administrador judicial da Irmandade alega, entretanto, que o IPHAN está agindo com morosidade, que não há cronograma das obras, desde o início, e que o órgão de patrimônio já trocou de prestadora de serviços por três vezes. Rebocos têm deslocado e o estágio de precariedade é alarmante. Em 13 de maio de 2011, a Vereadora Sonia Rabello visitou a igreja e o Museu do Negro, registrando o estado precário em que se encontra o edifício histórico. No mesmo dia foi ao ar na emissora GloboNews uma reportagem na qual se denuncia o estado precário da edificação http://www.youtube.com/watch?v=-BrfSAM_t9Q

6. **Fotos da Igreja do Rosário e São Benedito (13/05/2011)**





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

7. **Providências:**

- a- Oficiar o IPHAN.

2. **Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé**

1. **Endereço:** Av. Passos, 50 – Centro – CEP 20.051-040

2. **Proprietário:** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé

Responsável: Desembargador Joaquim Alves de Britto, Provedor da Irmandade

Telefones: 2224-0807 / 0205 / 3523 / celulares 9628-1584 e 7820-9667

Capelão da Irmandade (Arquidiocese do Rio): Pe. Sérgio Muniz (hiereus@hotmail.com)

Tel. 2454-1215 / cel. 7408-9502

Assessor Francisco Overtion (franadv@hotmail.com)

3. **Proteção:** Tombada pelo IPHAN, conforme Processo Nº 0019-T-38, em 22/07/1938, Livro Histórico, Inscrição: 088 e Livro de Belas Artes, Inscrição: 191. O tombamento inclui todo o acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo do IPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/IPHAN.
4. **Histórico resumido:** A edificação da igreja foi feita pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, a primeira irmandade do Rio de Janeiro, instituída entre os anos de 1567 e 1569. Quando a igreja de São Sebastião ficou em ruínas, a irmandade, aí instalada, iniciou uma peregrinação para conseguir fundos para comprar um terreno nesta área. O primeiro projeto do templo foi de João da Silva Muniz e sua consagração ocorreu em 1875. As duas torres em agulha, projeto do arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, foram terminadas em 1875. O alargamento da Avenida Passos, realizado pelo Prefeito Pereira Passos, eliminou o átrio. A ampla nave com um avantajado pé-direito imprime ao ambiente interno uma suntuosidade neoclássica. No revestimento do interior, a talha é de autoria de Mestre Antônio de Pádua e Castro. Os altares laterais são consagrados a Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora das Dores, São Miguel e Nossa Senhora do Terço. À direita da capela-mor está a capela de Nossa Senhora da Piedade, com uma imagem da padroeira, decorada com rica talha. A Irmandade se localizou na Igreja de S. José, de 1734 a 1737, quando passou para a Igreja do Rosário, na



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

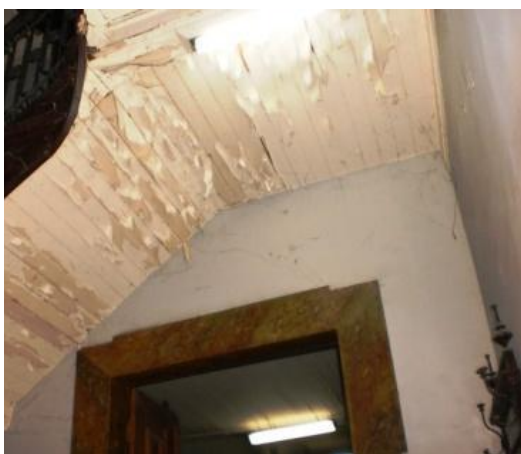
mesma ocasião em que foi também para ali transferida a Sé do Rio de Janeiro. Em 1º de março de 1816, foi adquirido pela quantia de cinco contos de réis, ao Coronel José de Souza Meireles, o terreno para a sua sede. As obras de construção tiveram início imediatamente, isto é, dias depois de ultimada a operação da compra, e quatro anos mais tarde, ou seja, em 4 de julho de 1820, estava terminada a capela-mor, realizando-se nessa ocasião a trasladação das imagens, o que foi feito em solene procissão saída da Igreja do Rosário. Os trabalhos prosseguiram com maior vigor ainda, depois que ficou terminada a capela-mor e nela terem sido colocadas as imagens. O frontispício da igreja é o mesmo desde a data de sua construção; isto é, não sofreu nenhuma modificação fundamental que lhe alterasse as linhas arquitetônicas. O pórtico principal, assim como os das duas outras portas que o ladeiam, é de pedra; três janelas dão luz ao coro, havendo mais duas nas colunas das torres, que se abrem dos corredores das tribunas. Ao alto do entablamento avista-se um nicho de granito onde se encontra a imagem da Fé, esculpida em mármore branco; por cima desse nicho está colocado o livro dos Sete Selos, representando os Sacramentos, sobre o qual repousa o Cordeiro Divino. Ao lado da estátua da Fé, encontram-se postas em cima do frontão outras duas estátuas — a da Caridade e a da Esperança —, igualmente de mármore.

5. **Atual estado de conservação:** A igreja sofreu restauração de fachada em 2010 e 2011, por iniciativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Informação veiculada em O GLOBO (02.08.2011) (Anexo), atribuída à Subsecretaria Municipal do Patrimônio Cultural, relatava que a igreja havia sido (totalmente) restaurada, no bojo da restauração da Praça Tiradentes e seu entorno. Visitando o interior da igreja em 18.08.2011, técnicos da Comissão registraram o abandono do local conforme imagens abaixo. O novo capelão da Irmandade e pároco da região, Pe. Sérgio Muniz informou-nos que há um processo judicial contra a Prefeitura por ter abandonado a obra — somente da fachada — sem o acabamento devido.

6. **Fotos da Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé – 18/08/2011**

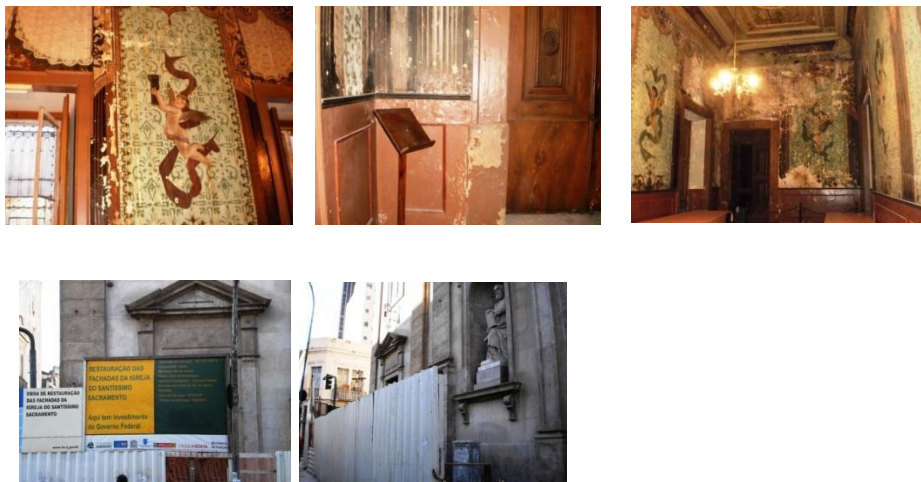


CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL



7. Providências

- a. Oficiar aos proprietários e a Prefeitura quanto as obras de restauro.

3. **Capela Nossa Senhora dos Remédios da Colônia Juliano Moreira (atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira)**

1. **Endereço:** Estrada Rodrigues Caldas, 3.400 – Taquara – CEP: 22.713-375
2. **Proprietário:** Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro
Responsável: Paróquia Nossa Senhora da Saúde em Curicica –
Rua General Olivio Uzeda, 231 – Curicica - CEP: 22780-500
Telefones: 2441-2513
Pároco: Pe. Carlos Alberto Nascimento / Vigário Paroquial: Pe. Rafael José da Silva Xavier
3. **Proteção:** Tombada pelo INEPAC, Processo 03/300.005/72
4. **Histórico resumido:** Construída originalmente nas terras que pertenciam à antiga Fazenda do Engenho em Jacarepaguá, atualmente a Capela de Nossa Senhora dos Remédios situa-se em área de propriedade da Colônia Juliano Moreira, atual Instituto Municipal de Assistência a Saúde Juliano Moreira. A pedra fundamental foi lançada, em 19 de outubro de 1862, pelo Monsenhor D. M. Falinelli Antonucci e, segundo



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

inscrição no pórtico, seu fundador foi o Juiz de Paz Francisco Teles Cosme dos Reis. O projeto, de arquitetura neoclássica é do arquiteto da Casa Imperial Theodoro Marx. Em 1912, o Governo do Presidente Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), através do Decreto no 9.743, de 31 de agosto, desapropriou o Engenho Novo para transferir a colônia de alienados da Ilha do Governador (Colônia de São Bento e de Mesquita) para aquele local. A motivação para essa transferência foi que a colônia deveria ser demolida para aumentar a área do campo de pouso da aviação militar. Os primeiros pacientes vindos das colônias da Ilha do Governador chegaram ao final de 1923. A Colônia Juliano Moreira foi fundada no início do século XX para abrigo e tratamento de pacientes com problemas psiquiátricos. O local já abrigou cerca de cinco mil internos. Dentre estes pacientes morou na Colônia, cerca de 50 anos, o famoso Arthur Bispo do Rosário (1909-1911?/1989), que ali produziu sua obra, tornando-se um artista plástico reconhecido internacionalmente. A Colônia Juliano Moreira foi administrada pelo Governo Federal desde sua criação, tendo sido municipalizada em 1996, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, quando passou a chamar-se Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira. A instituição continua tratando de pacientes com transtornos mentais graves e persistentes que viveram boa parte de suas vidas em hospitais psiquiátricos.

Consta que em 1949 a Capela de N. S. dos Remédios foi fechada devido ao seu precário estado de conservação. Em 15 de junho de 1953 o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, juntamente com o Pe. Ambrósio, vigário da paróquia do Tanque, inaugurou as obras de restauração da Capela, celebrando a Santa Missa festiva e crismando mais de 100 pessoas. O Cardeal deixou a sua assinatura no livro de visitantes: *"Com grande admiração, por esta grande obra de recuperação, aqui deixamos as nossas benções"*. Em 1972, a Capela sofreu outra reforma, em função de um incêndio.

5. **Atual estado de conservação:** As obras de restauração da cobertura e fachada da Capela foram executadas em 2008, sob a orientação da então Secretaria Extraordinária de Patrimônio Cultural do Município, atual SUBPC, com fiscalização da Riourbe, através do PAC da Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá). Entretanto, não realizaram as obras de recuperação interna como foi constatado em vistoria realizada em 6 de junho de 2011. Não foi realizada a restauração interna da Capela e das demais edificações em arruinamento do antigo Núcleo Histórico Rodrigues Caldas e as medidas necessárias de preservação da área da antiga Colônia Juliano Moreira, apesar da Resolução Nº 8, CGPC/SPU/MP/8/2010, de 15 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 09/02/2011, Seção I, do Comitê Gestor do

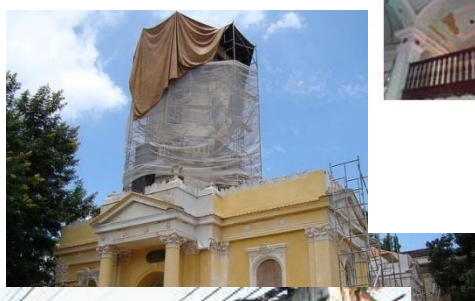


CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

PAC-COLÔNIA. Assim, é necessária a adoção de medidas emergenciais de conclusão da obra, garantindo a integridade desse patrimônio cultural.

6. **Fotos da Capela N. S. dos
Colônia Juliano Moreira -**

**Remédios da
06/06/2011**





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

7. Providências

- a. Oficiar a prefeitura para o cumprimento da Resolução Nº 8, CGPC/SPU/MP/8/2010

4. Hospital-Escola São Francisco de Assis

1. **Endereço:** Av. Presidente Vargas, 2863 – Cidade Nova – CEP: 20.210-031
Responsável: Profª Maria Catarina Salvador da Motta, diretora-geral do HESFA.
Telefones: 3184-4400 / 4444 - direcao@hesfa.ufrj.br
2. **Proprietário:** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
3. **Proteção:** Tombado pelo IPHAN, conforme Processo Nº 0978-T-78, Livro Histórico, Inscrição: 490, em 25/06/1983 e Livro de Belas Artes, Inscrição: 554, em 23/06/1982. O tombamento compreende os pavilhões originais.
4. **Histórico resumido:** O Asylo da Mendicidade — denominação original da construção — data de 1876, quando a Princesa Imperial D. Isabel lançou a pedra fundamental do projeto do arquiteto Radmaker Grunewald. Três anos depois, em 10 de julho de 1879, D. Pedro II e a Família Imperial inauguraram a casa, um misto de abrigo de acolhida e central de atendimento aos pobres da Corte do Rio de Janeiro. O Asilo passou ao patrimônio da Prefeitura do Distrito Federal em 1892, mudando seu nome para “Asilo São Francisco de Assis”, considerado menos humilhante aos usuários/pacientes e mais afeito à cultura de devoção popular brasileira. Entre 1892 e 1894, o asilo foi ampliado e seu perfil de atendimento modificado para atender uma clientela diferenciada, com capacidade para 400 leitos. Em dezembro de 1920, a União retomou o prédio, transformando-o em “Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional de Saúde Pública”, sob o comando do cientista e médico sanitário Carlos Chagas (1878-1934). Novas intervenções são realizadas e o Presidente Epitácio Pessoa reinaugura as instalações do agora “Hospital-Escola São Francisco de Assis”, em 7 de novembro de 1922. Pertencendo ao patrimônio da Universidade, o prédio mantém sua vocação incontestável de medicinal social, embora a decadência do Patrimônio Histórico que



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

representa se acentue. Em 1978, suas instalações são desativadas e os corpos docente, discente e funcional partem para o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, recém-inaugurado na Ilha do Fundão. Em fevereiro de 1988, após chuvas torrenciais que atingiram o Rio de Janeiro, o antigo HESFA é novamente utilizado para abrigar idosos desvalidos. Nos anos seguintes, os docentes da UFRJ, influenciados pelo conceito de Assistência Holística, resolvem orientar o ambulatório do prédio para os diversos campos da reabilitação (fonoaudiologia, fisioterapia, acupuntura, estimulação essencial etc.). O público atendido vai dos 3 meses aos 80 anos de idade. A partir de agosto de 1997, o prédio passa a ser utilizado também como centro de teste de Doenças Sexualmente Transmissíveis e de acompanhamento de alguns portadores do HIV.

5. **Atual estado de conservação:** Em visita técnica realizada pela Comissão, em 11.08.2011, fomos informados de que o HESFA se encontra imerso em promessas de restauro há várias décadas. A partir de 2004, a administração vem tentando obter recursos para a viabilização das obras. Há diversas dificuldades para a preservação do prédio inclusive problemas de licitações e o próprio andamento dos processos administrativos. Há relatos informais de que o IPHAN não é pro ativo para sugestões quanto a solução dos problemas, limitando-se a condenar aquilo que consideram incorreto. O Engenheiro Marcio Escobar Conforte, diretor do Escritório Técnico da Universidade, em resposta a Requerimento da Comissão, explica que o processo de restauro do conjunto arquitetônico do HESFA, foi iniciado em 2005, ao menos do ponto de vista do planejamento e do projeto. Expõe, ainda, a problemática dos processos administrativos concernentes ao processo de restauro, uma vez que as verbas para o conjunto das obras são elevadas e, até agora, somente um convênio entre o BNDES e a UFRJ liberará, em 2011, R\$ 590.000,00 — parte do patrocínio de R\$ 2 milhões aprovado pela presidência do Banco. Com o dinheiro inicial serão demolidas partes do prédio 7, que não é histórico, e será processada a restauração emergencial de algumas coberturas. O diretor técnico informa, ainda, que um processo licitatório orçado em cerca de R\$ 3,2 milhões, de recursos próprios da UFRJ, pretende realizar mais obras no conjunto. Por fim, o Engº. Marcio Conforte indica como prazo final para as obras o ano de 2016 e se coloca "à disposição para maiores esclarecimentos sobre as ações em curso e planejadas para restauração e conservação do patrimônio histórico sob a responsabilidade da UFRJ e orientações sobre como a Comissão em referência pode incentivar a captação de recursos junto à iniciativa privada para restauração dessas edificações".



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Nos últimos anos a deterioração do HESFA tem sido objeto de inúmeras reportagens e notícias em jornais e revistas de todo Brasil. Na vistoria em questão foi constatado o estado precário da edificação como um todo incluindo partes que atualmente se encontram interditadas.

6. Fotos do Hospital-Escola São Francisco de Assis – 11/08/2011





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL



7. Providências

- a. Oficiar a UFRJ para informar sobre as providências adotadas para a total recuperação da edificação.

5. **Automóvel Club do Brasil**

1. **Endereço:** Rua do Passeio, 90 – Lapa – CEP: 20. 021-090
2. **Proprietário:** Município do Rio de Janeiro
Responsável: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Telefones: 2976-2812 / 2976-2815 / 2273-3897 / 2976-9101 / 2976-9102
3. **Proteção:** Tombado pelo INEPAC, Processo 03/001.979/65). Decreto “E” 802.
4. **Histórico resumido:** Neste local havia uma residência projetada por Manuel de Araújo Porto-Alegre para a família dos Barões e Viscondes de Barbacena (Oliveira Horta Caldeira Brandt), parentes de D. Pedro II, pois sua meia-irmã, Dona Maria Isabel de Alcantara Brasileira (1830-1896), era esposa do Conde de Iguassú, filho do Visconde de Barbacena. O imóvel foi adquirido pelo *Cassino Fluminense* em meados do século XIX, quando os clubes dançantes estavam em voga. Ganhou destaque por ser freqüentado pela alta sociedade e pela Família Imperial. Em 1854 foi reformado pelo arquiteto Luís Hoske, que o transformou num prédio de dois pavimentos com linhas neoclássicas e interior luxuoso, no qual se destacava o salão de baile. Em 1900, lá se instalou o Clube dos Diários. Em 1910 foi reformado segundo projeto de Joseph Gire. Em 1924 passa a sediar o *Automóvel Club do Brasil*. O local é célebre na história política recente do país porque nele discursou o Presidente João Goulart (1919-1976), em um dos comícios.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Em resposta à Comissão sobre a dominialidade do prédio, que agora é próprio municipal, o Gerente de Imóveis Municipais da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, Dr. Ricardo Espírito Santo, forneceu os seguintes dados, em 27.07.2011:

- Aquisição pelo Município do Rio de Janeiro por Carta de Arrematação expedida pela 7ª V.F.P., matrícula nº 32917, ato R-51, do 7º RGI;
- Termo de Entrega e Recebimento nº 81/2005-F/SPA, em vigor, lavrado entre o Município do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal das Culturas, assinado em 05/12/2005, com a finalidade de instalar a Biblioteca Central do Município do Rio de Janeiro;

Termo de Cessão de Uso nº 12/2008-F/SPA, em vigor, lavrado entre o Município do Rio de Janeiro e o Instituto Cultural Brasilis, assinado em 04/04/2008, com a finalidade de promover atividades e eventos culturais e sociais, especialmente voltados para atendimento à juventude, inclusa na faixa etária de 14 a 18 anos.

5. **Atual estado de conservação:** A Comissão tentou entrar no prédio algumas vezes, sem êxito, através de contatos telefônicos e do ofício CEPC nº 19/2011, de 31.08.2011, enviado ao Senhor Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Emilio Richa Bechara Kalil, o qual jamais foi respondido. O prédio se encontra em estado de semi-abandono.

6. **Fotos do Automóvel Club do Brasil – 19/07/2011**



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL



7. Providências

- a. Intimar o município a recuperar e dar uso à edificação.

8. **Solar do Visconde do Rio Seco (antigo Cassino Fluminense)**

1. **Endereço:** Praça Tiradentes, 67 – Centro – CEP: 20.060-070.
2. **Proprietário:** Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN).

Responsável: Dr. Fernando Avelino, Presidente do Detran.

Telefones: 2332-0332 / 0374 / 0377 / 0340 - presidencia@detran.rj.gov.br

3. **Proteção:** Tombado pelo IPHAN, conforme Processo N° 1406-T-97, Livro de Belas Artes, Inscrição: 611, em 26/06/1998.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

4. **Histórico resumido:** Localizado num dos cantos do antigo Largo do Rossio, na esquina da rua Nova do Conde (respectivamente Praça Tiradentes e rua Visconde do Rio Branco atuais), o edifício já existia no início do século XIX. Logo em seguida foi reformado e ganhou ornamentação neoclássica. Foi residência do Conselheiro de Estado Joaquim José de Azevedo (1761-1835), Barão do Rio Seco, elevado a Visconde, em 1818, por ocasião da aclamação de D. João VI e mais tarde agraciado por D. Pedro I com o título de Marquês de Jundiá (1826). Em 1836, após a morte do titular, foi adquirido pela empresa “Clube Fluminense”, que permaneceu no imóvel até 1860, sediando festas e bailes requintados da Corte, que algumas vezes contaram com a presença da Família Reinante. A mais duradoura função do velho palacete foi como sede da Secretaria / Ministério da Justiça e Negócios do Interior, durante o II Reinado (1873-1889) e a República Velha (1889-1930). A partir de 1934 passa a abrigar o Departamento de Trânsito, sucessivamente, do Distrito Federal e dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Desde o decênio de 1990, o edifício encontra-se desocupado. A construção atual tem partido compacto com três pavimentos de planta retangular desenvolvida em torno de um pátio interno. A simplicidade austera do seu aspecto exterior com embasamento de pedra e linhas retas é suavizada pelas estátuas sobre os cunhais e pela platibanda com folhas de acanto estilizadas, em harmoniosa obediência à regra clássica.
5. **Atual estado de conservação:** O prédio está em péssimo estado de conservação. A matéria de O GLOBO, de 02.08.2011, indicava como restaurado o solar, o que contraria totalmente a verdade, conforme mostram as imagens abaixo,. Em resposta às demandas da Comissão o Coordenador de Conservação e Projetos Especiais da Subsecretaria Municipal do Patrimônio Cultural, Dr. Paulo Vidal Leite Ribeiro, informou que o Detran e o Sebrae estão participando de reuniões com a Subsecretaria para que o cronograma das obras no Solar seja cumprido. Há uma placa indicando que ali será instalado o “Centro de Referência do Artesanato do Brasil”.
6. **Fotos do Solar do Visconde do Rio Seco – 18/11/2011**



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL



7. Providências

a. Oficiar DETRAN e SUBPC

9. **Asilo São Cornélio.**

1. **Endereço:** Rua do Catete, 6 – Glória – CEP: 22.220-000.
2. **Proprietário:** Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Responsável: Dr. Dahas Zarur, Provedor da Irmandade.

Telefones: 2544-4777 / 2297-6611 / 2220-7842 - santacasa@openlink.com.br.

3. **Proteção:** Tombado pelo IPHAN, conforme Processo Nº 0010-T-38, Livro de Belas Artes, Inscrição: 175, em 15/07/1938.
4. **Histórico resumido:** O casarão onde funcionou o antigo Asilo São Cornélio abrigou nas últimas décadas a Faculdade de Medicina Souza Marques no bairro do Catete, Rio de Janeiro. Mansão famosa da Rua do Catete, próxima à esquina com a Rua Santo Amaro, lá existia uma casa onde morou o Duque de Caxias, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, quando ainda Conde de Caxias. A casa foi demolida e construíram no local o Palacete do Ribeirinho, de propriedade de João José Ribeiro da Silva, mais tarde adquirido pelo Comendador João Martins Cornélio. Seu filho, o Comendador Joaquim Cornélio dos Santos doou o palacete à Santa Casa da Misericórdia em 1894 para ser criado ali um asilo para menores. Na administração de Paulino José Soares de Souza como Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1890-1901) já sob o regime republicano, foi fundado o Asilo de São Cornélio, um estabelecimento de amparo à infância e à juventude, instalado na antiga residência de Joaquim Cornélio dos Santos, na rua do Catete, nº. 6. Logo na entrada à esquerda, estava a estátua Atalanta, de Lepautre. No mesmo prédio estão duas escadas de ferro que foram construídas de forma simétrica. Os corrimões são sustentados por carrancas e as pilastras de apoio são formadas por quatro estátuas de meninos. Do outro lado do prédio havia uma estátua de Hipômenes que traz na mão uma maçã de ouro, esculpida por Coustou. É uma construção térrea com porão, tendo para rua embasamento de mármore, várias janelas de peitoril com ombreiras de cantaria e vergas de arco pleno. O frontão é encimado por platibanda revestida de estuque. Internamente ainda se conservam estuques e pinturas murais, em precário estado de conservação.
5. **Atual estado de conservação:** O prédio está abandonado A Comissão tentou inúmeras vezes, sem êxito, o contato com a Santa Casa, ficando impossibilitada de realizar vistoria no interior do imóvel.
6. **Fotos do Asilo São Cornélio - data**



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL



7. Providências



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

a. Oficiar a Santa Casa.

10. Largo do Boticário

1. **Endereço:** Rua Cosme Velho, 822 (Largo do Boticário, números 20, 26, 28 e 30)
Cosme Velho - CEP: 22.241-120
2. **Proprietário:** Sybil Bittencourt
3. **Proteção:** Tombado pelo INEPAC em 1990, Processo E-18/300.258/87.
4. **Histórico resumido:** O Largo do Boticário é um recanto com casas em estilo neocolonial, rodeadas pela mata atlântica e onde ainda se ouve o rio Carioca correndo a céu aberto. O Largo passou a existir a partir de 1879 e suas casas já sofreram muitas reformas. O nome Boticário foi dado porque lá morava o Sargento Joaquim da Silva Souto, militar reformado conhecido pelo preparo de ungüentos e xaropes, um boticário. O Largo do Boticário foi tombado pelo INEPAC em setembro de 1990, com a seguinte definição: *“Conjunto arquitetônico dos imóveis que compõem o Beco e o Largo do Boticário, no Cosme Velho: Casas, nº 20, 26, 28, 28-fundos e 30 do Largo do Boticário; logradouros públicos denominados Largo e Beco do Boticário incluindo vegetação, pavimentação e demais aspectos urbanísticos, paisagísticos e geográficos; casa nº 32 do Largo do Boticário, incluindo o seu interior, portas, janelas, azulejaria, tetos de madeira lavrada, chafariz, jarrões, fragmentos recompostos de peças em mármore e todos os demais elementos decorativos antigos apostos; casa no Beco do Boticário nº 4, casas na rua Cosme Velho, nº 792, 800, 822, 857 (solar dos Abacaxis); edícula s/nº ao lado esquerdo da pista de acesso do túnel Rebouças que foi a mina d’água da casa demolida do Conde de Agrolongo, Cosme Velho.”* Em pesquisa no TJRJ constam diversas ações da Dívida Pública Municipal contra Sybil Bittencourt. O Prefeito Eduardo Paes instituiu pelo decreto 34083/2011, o Grupo de Trabalho para o Cosme Velho, em julho de 2011, composto pelos Professores Washington Fajardo, Carlos Lessa e Sérgio Magalhães (IAB). Em 08.08.2011, esses encarregados apresentaram à Associação de Moradores e Amigos do Cosme Velho — cerca de cinquenta membros — os limites de trabalho do GT, o que provocou indignação nos moradores, que esperam da Prefeitura uma ação enfática na recuperação do Patrimônio no bairro, além das medidas urbanísticas de demanda corrente. Uma das soluções imediatas para um dos grandes problemas do



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

bairro, que o GT apresentou, foi justamente a efetiva desapropriação do casario do Largo do Boticário, o que até hoje não foi procedido.

5. **Atual estado de conservação:** Conforme se noticia constantemente nas mídias sociais, o Largo do Boticário está em lamentável abandono. Em visita técnica da Comissão em 08.09.2011, constatamos o estado geral de degradação das edificações. Todas as casas parecem estar habitadas, com exceção da de número 24. As fachadas e cobertura de todas as casas de frente para largo se encontram em estado precário de conservação. Há plantas crescendo entre as frestas dos telhados e das fachadas e deslocamento em algumas das fachadas. Em vistoria ao interior da casa 26, verificamos que o primeiro pavimento encontra-se vazio e em mal estado de conservação, e somente a cozinha, nos fundos da edificação, apresenta sinal de uso. O segundo pavimento encontra-se habitado e também apresenta sinais de má conservação e foi relatado pelos ocupantes do imóvel que há vários pontos de infiltração quando chove. As edificações estão em péssimo estado de conservação, principalmente os telhados. Não foi possível observar o estado de conservação das edificações com acesso pela lateral do largo. O calçamento do beco e do largo encontra-se em estado razoável de conservação, bem como os equipamentos (bancos, pedestal e muretas de cimento).
6. **Fotos do Largo do Boticário – 08/09/2011**





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

11. Museu Nacional (Paço de São Cristóvão)

1. **Endereço:** Quinta da Boa Vista, s/nº - São Cristóvão - CEP 20.940-040
2. **Proprietário:** Universidade Federal do Rio de Janeiro
Responsável: Profª. Drª. Claudia Rodrigues-Carvalho, diretora do Museu Nacional
Tel: 2562-6900 / 2254-4320 - claudia@mn.ufrj.br / museu@mn.ufrj.br
3. **Proteção:** Tombado pelo IPHAN, conforme Processo Nº 0101-T-38, Livro de Belas Artes, Inscrição: 051, em 11/05/1938, Livro Histórico, Inscrição: 023, em 11/05/1938. O tombamento compreende a Coleção arqueológica Balbino de Freitas.
4. **Histórico resumido:** O Museu Real — no Campo de Sant'Anna —, criado em junho de 1818 por D. João VI para abrigar parte de sua imensa coleção de artefatos e materiais de História Natural e Mineralogia, foi mantido pela dedicação dos frades-cientistas a quem o monarca incumbia a administração. Em 1823, D. Pedro I alterou o nome da casa para Museu Imperial e Nacional e posteriormente ele foi instalado na Casa da Moeda do Brasil. Grandes botânicos, arqueólogos e naturalistas dirigiram o Museu. Em 1889 com a Proclamação da República passou a ser denominado Museu Nacional e foi transferido do Campo de Sant'Anna em julho de 1892 para o Paço da Quinta da Boa Vista, antiga residência imperial em São Cristóvão. Em 1926, assumiu a direção do Museu o médico, etnólogo, antropólogo e escritor brasileiro Edgard Roquette-Pinto, que o administrou até 1935. Em 1938, a primeira diretora do Museu Nacional foi nomeada pelo Presidente Getúlio Vargas, a Profª. Heloísa Alberto Torres. Em 1944, outro decreto do Pres. Vargas passa o Museu Nacional para o patrimônio da Universidade do Brasil, a qual mais tarde passa a ser chamada de Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. **Atual estado de conservação:** A Comissão realizou visita técnica ao imóvel em 05.08.2011, sendo recebidos pelos diretores, vice-diretor, e administrador do Museu Nacional. Eles relataram toda a problemática da gestão do Museu Nacional por sua inserção no quadro das 64 unidades da UFRJ. Segundo nos informaram há um histórico de projetos culturais de restauração, ampliação e adaptação do Museu e de seu acervo na Quinta da Boa Vista desde a década de 1990. Os recursos prometidos pelo Ministério da Educação, a cuja hierarquia pertence o MN-UFRJ, e pelo Ministério da Cultura jamais chegaram, restando apenas à Petrobras financiar parte dos anexos erguidos e parte das restaurações internas no prédio do Palácio. O Museu Nacional não conta com a mesma estrutura institucional que os demais museus federais possuem (Museu Imperial de Petrópolis,



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Museu Histórico Nacional e outros), uma vez que não pertence ao IBRAM, autarquia do Ministério da Cultura criada recentemente que retira os museus da responsabilidade do IPHAN. O Museu abriga importantes cursos graduação e pós-graduação em Arqueologia e Antropologia e expõe as coleções museológicas. Os blocos anteriores são basicamente ocupados pelas áreas de visitação do museu e os posteriores por salas de aulas e laboratórios da UFRJ. Os blocos anteriores apresentam bom estado de conservação com sinais de recuperação recente, interna e externamente, os blocos posteriores se encontram em processo de recuperação. Foram observados tanto trabalhos de recuperação do prédio quanto do acervo. Em alguns pontos verificamos que as instalações elétricas estão aparentes. Durante a visita não observamos e nem foram relatados problemas com as instalações sanitárias. Foi observado que o telhado estava praticamente todo recuperado com exceção de dois trechos, sendo que um deles estava escorado. Observamos que as instalações para recuperação do mobiliário que se encontram na lateral esquerda do palácio são precárias para o uso a que se destinam com galpão totalmente aberto nas laterais e impactam na ambiência do prédio principal. O jardim frontal e o calçamento no entorno encontram-se em estado bastante precário de conservação. De uma forma geral não observamos riscos à integridade da edificação nos pontos visitados. Entendemos que a precariedade e pressão sobre a edificação estão na parte usada pela escola, que exige instalações que impactam muito mais sobre o prédio do que as atividades museais. Um ponto de risco considerável é o acervo “em meio líquido” — peças biológicas conservadas em álcool — que deveria ser removido do prédio, pois sua presença exige um sistema contra incêndio diferenciado e cuja complexidade poderia inviabilizar parte do fluxo de visitantes no Museu — mais de 300 mil pessoas anualmente. A administração nos informou que possui um plano diretor para recuperação e manutenção do conjunto que inclui outras edificações que ficam no entorno do museu. Percebemos que de um modo geral a edificação está razoavelmente mantida. Cabe esclarecer que uma edificação com essas características exige manutenção permanente e diferenciada. Do ponto de vista arquitetônico entendemos que o uso como estabelecimento de ensino parece não estar adaptado à edificação — muito imprevisto e descaracterização das instalações internas —, enquanto que o uso de museu está bem adaptado, pois exige menos das instalações originais do prédio.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

6. Fotos do Museu Nacional (Paço de São Cristovão) – 05/08/2011





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

12. Palácio Gustavo Capanema (antigo prédio do MEC)

1. **Endereço:** Rua da Imprensa, 16 – Centro – CEP 20. 030-120

2. **Proprietário:** Ministério da Cultura.

Responsável: Senhor André Diniz da Silva, representante do Ministro da Cultura no Rio de Janeiro.

Telefones: 2220-6590 / 4189 - gabinete.rj@cultura.gov.br

3. **Proteção:** Tombado pelo IPHAN, conforme Processo Nº 0375-T-48, Livro de Belas Artes, Inscrição: 315, em 18/03/1948. O tombamento compreende toda a área de terreno situada entre as Ruas da Imprensa e de Santa Luzia, a Avenida Graça Aranha e a Rua Araújo Porto Alegre, necessária a preservação de sua perspectiva monumental.

4. **Histórico resumido:** O Palácio Capanema, atual sede da Representação do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro, é um dos primeiros exemplares da arquitetura moderna no Brasil. A sua construção ocorreu entre 1937 a 1945. O prédio possui 16 andares e está construído numa área de 27.536 metros quadrados. A escolha dos materiais da construção foi bastante arrojada: ferro e concreto, combinação de gnaiss e painéis de azulejos. Foram usados mármore de lioz, tijolo de vidro inglês misturado com mármore amarelo. O prédio foi projetado para abrigar o criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1937) criado no governo do Presidente Getúlio Vargas e fazia parte de seu projeto de modernização da máquina pública. Gustavo Capanema (1900-1985), advogado e político mineiro nomeado por Vargas como titular do novo ministério, era ligado a diversos artistas de vanguarda e também tinha em mente o desenvolvimento de um novo projeto cultural para o país: a apropriação por parte do Estado Novo das novas estéticas artísticas internacionais correspondendo ao desejo de propagar o progresso e a modernização do país. Criando-se o MESP, foi proposta a realização de um concurso nacional de projetos arquitetônicos para escolha dos profissionais que viriam a desenhar e construir o seu edifício-sede. Porém, o júri apontado para analisar as propostas possuía caráter conservador e academicista, o que levou à escolha do projeto do arquiteto Archimedes Memória (1893-1960). O projeto possuía caráter monumental e historicista, tendo desagradado ao Ministro Capanema: este, mesmo legitimando o vencedor e pagando-lhe o prêmio do concurso, chamou o então ex-diretor da Escola Nacional de Belas Artes, o arquiteto Lucio Costa, para compor uma nova equipe e desenvolver um projeto com o caráter desejado de modernidade. Lucio Costa (1902-1998) montou uma equipe formada por Carlos Leão (1906-1983), Ernani Vasconcellos (1912-1989), Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), Jorge Machado Moreira (1904-1992) e com a



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

participação de Oscar Niemeyer (1907-) e do paisagista Roberto Burle Marx (1909-1994). Tal era a euforia da equipe dos jovens arquitetos em projetar algo novo, dado que poucos modernistas em todo o mundo tinham-se visto em igual situação — a de projetar um edifício moderno para um Ministério —, que Costa permitiu-se pedir a assessoria do franco-suíço Le Corbusier (1887-1965). Le Corbusier, encantado com a configuração da Baía de Guanabara, propôs que o projeto fosse implantado junto ao mar, ao invés da localidade em que se encontrava (no centro do Rio de Janeiro), mas não foi atendido. No entanto, a influência de seu pensamento no projeto final da equipe era nítida: verificavam-se aí enunciados praticamente todos os princípios de modernidade que ele viria a sistematizar na Europa. Seu revestimento externo é decorado por azulejos de Cândido Portinari (1903-1962), além de pinturas de Alberto da Veiga Guignard (1896-1962) e José Pancetti (1902-1958) e esculturas de Bruno Giorgi (1905-1993), Jacques Lipchitz (1891-1973), Celso Antônio Silveira de Menezes (1896-1984). No prédio, ainda se vê a obra “Mulher” da escultora Adriana Janacopulos (1897-?). O projeto procura seguir de modo bastante fiel as recomendações de Le Corbusier para o que ele considerava uma nova arquitetura: seu bloco principal está suspenso sobre *pilotis*, possui a estrutura portante livre das paredes e divisórias internas, e está vedado por cortinas de vidro. Foi um dos primeiros edifícios, em todo o mundo, a fazer uso do recurso do *brise-soleil* (quebra-sol) a fim de evitar a incidência direta de radiação solar em sua fachada-norte. O edifício possui um pé-direito monumental de mais de nove metros de altura. A implantação acontece de forma a criar no terreno — que ocupa um quarteirão no centro do Rio de Janeiro — uma praça pública que tem no pavimento térreo do edifício um elemento de permeabilidade, ou seja, permite a passagem desimpedida de pedestres sob o prédio. Do bloco principal projeta-se a ala do auditório, no nível térreo e uma marquise na posição oposta, sobre a qual foi projetado o terraço-jardim de Roberto Burle Marx. O prédio representa o marco da arquitetura moderna em nosso país, é um dos primeiros arranha-céus com fachada toda de vidro construído no mundo.

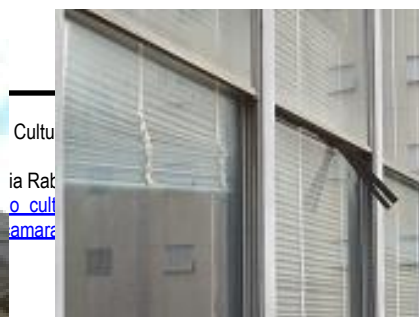
5. **Atual estado de conservação:** O prédio apresenta limitado estado de conservação geral com comprometimento do sistema elétrico, pisos, escadas e esquadrias. Os problemas estão em toda parte: placas de revestimento soltas, lâminas quebradas do brise-soleil, equipamento de prevenção contra incêndio está quebrado, pisos quebrados e pastilhas se soltando, infiltrações do jardim sobre o mezanino provocando umidade no teto da galeria e do auditório, piso do pilotis quebrado pelas raízes das árvores, pilastras com placas soltas. Os elevadores com desgastes mecânicos estão limitados a levar apenas 5 pessoas. Apesar do prédio dispor de seis elevadores entre os destinados ao uso social, de serviço e privativo para as autoridades, é



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

comum que, dentre todos eles, apenas dois atendam ao público e aos funcionários das cinco instituições nele instaladas: IPHAN, IBRAM, Funarte, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares e MEC. Os incidentes graves são constantes e rotineiramente os elevadores param entre os andares ou as portas se abrem com um alto desnível provocando tropeços e quedas com acidentes graves, inclusive com fratura, nos funcionários. O problema é antigo e constam coberturas jornalísticas datadas de 1991 denunciando, há mais de vinte anos, quedas dos elevadores.

6. Fotos do Palácio Gustavo Capanema - data





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL



7. Providências

a. Oficiar Ministério de Cultura



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

13. Jardim Botânico do Rio de Janeiro

1. **Endereço:** Rua Jardim Botânico, 1008 – CEP 22.460-000
2. **Proprietário:** Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Ministério do Meio Ambiente)
Responsável: Prof. Dr. Liszt Vieira, diretor do JBRJ
3. **Proteção:** Tombado pelo IPHAN, conforme Processo Nº 0157-T-38, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição: 002, em 30/05/1938.
4. **Histórico resumido:** A mudança da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, trouxe, entre outros benefícios, a fundação de uma Fábrica de Pólvora, no antigo Engenho de Cana de Rodrigo de Freitas. Encantado com o local, D. João VI, por decreto de 13.06.1808, mandou que ali se promovesse a aclimação e cultivo de especiarias, vindas da Índia. O primeiro nome do Jardim Botânico, Aclimação, foi transformado em Real Horto pelo citado decreto, que logo depois, ao ser coroado D. João VI como rei do Reino Unido de Portugal e Brasil, passou a se chamar Real Jardim Botânico, hoje Jardim Botânico. Seus primeiros diretores foram o Marquês de Sabará e o Marquês de Queluz e, em 1824, Frei Leandro de Sacramento, seu diretor, na época, mandou construir um lago artificial, cuja terra retirada seria também para a feitura de um cômodo onde se ergueu a Casa dos Cedros. Ao lado desse monumento, há um relógio de sol e uma mesa de granito onde D. Pedro I e D. Pedro II costumavam merendar quando visitavam o Jardim e, por esse motivo, tomou o nome de mesa do Imperador. Em 1842, foram plantadas as palmeiras das aléias principais, originárias todas elas de mudas de Palma-mater, plantada pelo próprio D. João VI, em 1809. A famosa Palma-mater ou Palmeira real é o marco do Jardim Botânico. Juntamente com outras mudas de espécies variadas, foi ofertada ao Príncipe D. João VI, por Luiz de Abreu, um português que, a caminho do Brasil, naufragou em Goiás. Já na época da República, em 1890, seu Diretor, João Barbosa Rodrigues, inaugurou uma nova fase no Jardim Botânico, com uma série de melhorias, entre elas a criação da Biblioteca, da Estufa, do Herbário, além de incentivar uma nova abertura à pesquisa científica. Em maio de 1971, passaram a integrar o Jardim Botânico os 83 hectares do Horto Florestal da Gávea que assim viu aumentada para 141 hectares (1.400.000 m²) sua área de administração, então vinculada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/IBDF. Destacam-se no parque o antigo pórtico da Imperial Academia de Belas Artes, de feição neoclássica e obra de Grandjean de Montigny transportado para lá após a demolição do edifício, e as duas estátuas de bronze do antigo Chafariz das Marrecas, a ninfa Eco e o caçador Narciso, do mestre Valentim. MUSEU DA CASA DOS PILÕES: o Museu da Casa dos Pilões está situado em área do Jardim Botânico. O prédio que abriga suas instalações, data de



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

1800 e fazia parte do antigo Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, uma das providências de Dom João VI, foi a criação de uma Fábrica de Pólvora, tendo em vista que o fornecimento de suprimentos bélicos, para os territórios de ultramar, encontrava-se interrompido pelo cerco napoleônico a Portugal. O decreto de 13 de maio de 1808 criou, então, no Brasil a Real Fábrica de Pólvora, bastante assemelhada a que existia em solo português; as orientações técnicas para sua instalação foram dadas pelo Brigadeiro Carlos Antônio Nacion que foi primeiro diretor. Em curto espaço de tempo a fábrica já era responsável pela produção do explosivo que abastecia o mercado brasileiro. Casa dos Pilões, ficou sendo a denominação, mais simples, para a "Oficina do Moinho dos Pilões", na realidade, um dos setores da Real Fábrica de Pólvora, e local onde se realizava a compactação da mistura de salitre, enxofre e carvão, em grandes almofarizes de madeira. Em 1826, a Fábrica de Pólvora foi desativada e transferida para a Vila Inhomirim, na Raiz da Serra, e inaugurada em 1831. A utilização da Casa dos Pilões depois deste período, foi variada, servindo inclusive, como residência do naturalista João Geraldo Kuhlmann, no período de 1944 a 1951, quando foi diretor do Jardim Botânico. Entre 1962 a 1974 o local sediou o Museu Botânico Kuhlmann. Depois de passar por grande reforma, a Casa dos Pilões, foi reaberta ao público, abrigando agora o Sítio Arqueológico Casa dos Pilões, resultado dos trabalhos de restauração e pesquisa que permitiram trazer a público, fragmentos e restos de utensílios que registram as diversas fases de sua ocupação ao longo do tempo.

5. **Atual estado de conservação:** Invasão com construções irregulares, habitação e pequenas atividades comerciais. A área foi ocupada por mais de 600 famílias, e cuja alternativa habitacional, fora do Jardim Botânico, ainda não foi solucionada. Esta é uma das questões cruciais da conservação e preservação deste local que é um bem, não só tem importância nacional, como internacional. Por conta desta sua importância é que este bem foi incluído como referência à candidatura da Cidade do Rio, junto à UNESCO, como Paisagem Cultural da Humanidade. Acontece que, não obstante sua importância para a pesquisa, para a cultura, para o meio ambiente do País, este bem continua sendo continuamente fracionado, no seu território, e ameaçado no seu acervo botânico pelas ocupações irregulares lá existentes. Assim, a questão de moradia precisa ser resolvida, especialmente pelo Município, de modo compatibilizar a moradia conveniente para estas pessoas, com a liberação do território deste bem público de uso comum do povo.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

6. Foto do Jardim Botânico - data



7. Providências

a. Oficiar a Prefeitura.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

14. Parque do Flamengo - Marina da Glória

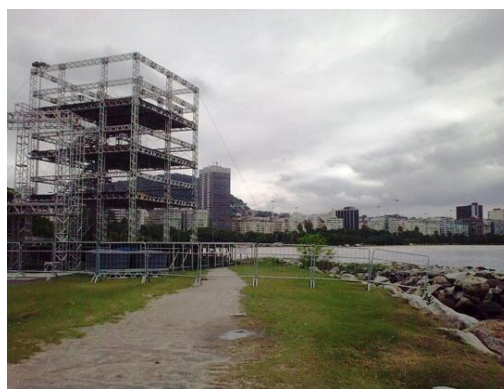
1. **Endereço:** Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, s/nº - CEP 22.000-000
2. **Proteção:** Tombado pelo IPHAN, conforme Processo Nº 0748-T-64, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição: 039, em 28/07/1965.
3. **Histórico resumido:** O Parque do Flamengo, com 1.200.000 m², resultou do aterro, no início dos anos 60, de uma larga faixa do litoral da Baía de Guanabara, com material proveniente do desmonte do Morro de Santo Antônio. Abrange a área que vai do Aeroporto Santos Dumont até o morro da Viuva e o início da praia de Botafogo. Foram construídas duas pistas diretas de ligação da cidade à zona sul e toda a superfície restante foi transformada em área de lazer e de esporte. Os projetos de urbanização, das edificações e dos equipamentos são de autoria do arquiteto Afonso Eduardo Reidy, e o paisagismo de autoria de Roberto Burle Marx. O Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial é de autoria dos arquitetos Marcos Konder e Hélio Ribas Marinho, sendo anterior ao projeto do parque, mas está incluído no tombamento.. Muitos projetos , durante estas 5 décadas de existência foram propostos para o Parque (tabela com a evolução das propostas em anexo), e, especialmente para a área conhecida como Marina da Glória. E tudo foi sendo negado, especialmente, qualquer forma de alteração no programa social e educativo do Parque de lazer, inteiramente acessível e disponibilizado para o público, aberto e de uso comum do povo. Esse critério de não edificabilidade do Parque foi confirmado em duas instâncias na Justiça Federal, em 2006 e 2009. Desde 2010 o Parque corre o risco de ser descaracterizado, com a área da Marina da Glória enormemente aumentada e, com a sua privatização, a mesma área será entregue à exploração comercial com lojas, local para espetáculos, restaurantes e estacionamentos. A proposta de modificação ou privatização de uso de parte do Parque do Flamengo está em andamento no IPHAN, tramitou na Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro, foi encaminhada aos membros da Câmara Técnica de Arquitetura do Conselho Consultivo. A única decisão legítima a ser tomada, no momento, por parte dos órgãos públicos sobre uma área tão cara e popular, será a de discutir o proposta em audiência pública. E esta, a audiência pública, poderá ser feita na Câmara de Vereadores do Rio no âmbito desta Comissão Especial sobre o Patrimônio Cultural da Cidade



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

4. **Atual estado de conservação:** O Parque em geral se encontra em estado mediano de conservação com algumas áreas de abandono. O entorno da área da Marina da Glória encontra-se cercado por tapume.

5. **Fotos do Parque do Flamengo – Marina da Glória**





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

7. Providências

a. Oficiar a Prefeitura e IPHAN

IV. Bem Cultural sem Proteção Legal

1. Antigo Museu do Índio no Maracanã

1. Endereço: Av. Maracanã, 252 – CEP 20.271-110

2. Proprietário: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Responsável: Dr^a Ludmila Brandão, Superintendente Regional da CONAB no RJ

Telefones: 2509-2126 / 3861-5750 - rj.sureg@conab.gov.br

3. Proteção: Não tem nenhum tombamento ou plano de preservação.

4. Histórico resumido: O antigo Museu do Índio corresponde ao edifício que sediou o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), criado pelo Decreto-lei 8072, de 20 de junho de 1910, sob os auspícios do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Trata-se do prédio histórico doado em 1865 pelo Príncipe Ludwig August de Saxe-Coburgo-Gotha (1845-1907), conhecido como “Duque de Saxe, para o Império do Brasil, a fim de que nele se abrigasse um órgão de estudos e pesquisas sobre as culturas indígenas brasileiras. O príncipe era marido de D. Leopoldina Thereza do Brasil (1847-1871), segunda filha de D. Pedro II; foi almirante da Armada Brasileira (Marinha Imperial) e grande fomentador de estudos naturalistas. O prédio abrigou a antiga “Escola Nacional de Agricultura”, entidade ancestral da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. O SPI funcionou no prédio até 1962, quando foi transferido para Brasília. Desde o Dia do Índio de 1953, 19 de abril, ali funcionou o “Museu do Índio”. Em 1977, contudo, a instituição foi transferida para o casarão do ISEB em Botafogo, onde atualmente se encontra na Rua das Palmeiras. A titularidade do imóvel histórico foi cedida pela União em 1984 à COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos, tornada CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, em 1990. A Comissão contatou a Superintendente Regional da CONAB no Rio de Janeiro, Dr^a. Ludmila Brandão (Rua da Alfândega, 91 • telefone 2509-2126 • e-mail rj.sureg@conab.gov.br). A Senhora Superintendente solicita que informações sobre o



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

bem sejam requeridas por ofício. A secretária da Superintendência adiantou que se trata de um imóvel com muitos interesses políticos, que constantemente é objeto de demandas à CONAB. Ações judiciais tem sido impetradas pelo advogado guajajara Arão da Providência, no sentido de viabilizar a cessão do bem para uma entidade que eles pretendem tornar a futura Universidade Aberta Indígena. Tentamos contato com o Dr. Arão da Providência (21 2510-3890), sem êxito. Ao ser demandada sobre qual a participação da FUNAI no processo de ocupação dos índios em sua antiga sede, Luciana Gavião informou que a Fundação não tem posicionamento oficial e respeito e teceu críticas à instituição. Faz-se necessário lembrar, contudo, que a atribuição constitucional da Fundação é “exercer, em nome da União, a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas; formular, coordenar, articular, acompanhar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro” (cf. Decreto Presidencial nº. 7.056, de 28 de dezembro de 2009). Esse decreto diz expressamente que a Funai deve administrar o patrimônio indígena brasileiro, o que corresponde a quase 13% do território nacional, contudo, não há autonomia para administrar bens de outros órgãos do Poder Executivo Federal. A Comissão contatou a direção do Museu do Índio, órgão técnico-científico e cultural da Funai no Rio de Janeiro. O chefe de gabinete, Alexander Noronha de Albuquerque (telefone 21 3214-8702 • e-mail alexander.noronha@yahoo.com.br) informou que a FUNAI não tem mais relação com o prédio, uma vez que o bem pertence ao Ministério da Agricultura. Quanto ao apelo histórico do local e uma eventual restauração sua, a direção do Museu do Índio não vê possibilidade de que a FUNAI tome parte, dada a falta de verbas e de estrutura para um projeto dessa monta.

5. Atual estado de conservação: A Comissão Especial de Patrimônio Cultural da CMRJ, atendendo ao pedido formulado pelo Prof. Urutau Guajajara, em 20.10.2011, realizou visita técnica, em 25.10.2011. Fomos recebidos pela Senhorita Luciana Souza, dita Luciana Gavião — índia timbira da etnia “Gavião”. Ela nos informou que nenhuma das lideranças indígenas se encontrava no local. O local ficou completamente abandonado nas duas últimas décadas. Nele habitavam mendigos e infratores. Em outubro de 2006 grupos de índios ocuparam o prédio, lá formando a “Aldeia Maracanã”, conforme se lê no portão de entrada. Atualmente, cerca de 20 a 30 pessoas, das etnias Guajajara, Pankararu, Xavante, Guarani, Apurinã, Fulni-ô, Pataxó e



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Potiguara, ocupam o lugar.. Entre os aspectos arquitetônicos notados, destacam-se os que seguem: edificação composta de um único bloco, com dois pavimentos de amplo pé-direito e um torreão (na altura de um terceiro pavimento). Em torno da edificação estão construídas ocas de palha e alguns casebres de alvenaria. A edificação está ocupada desde outubro de 2006 por famílias indígenas de várias partes do Brasil, que se revezam com a intenção de demandar do poder público a restauração do prédio e sua transformação em Centro Cultural sobre a história e a cultura indígenas. O edifício está em precário estado de conservação. As paredes autoportantes se encontram bastante infiltradas; há plantas nascendo no interior da edificação; não há vidros nas esquadrias restantes, que também estão em estado de podridão; o piso está bastante deteriorado e as duas escadas para o segundo andar ruíram. O forro que dá para o térreo está desabando e encontramos ferragens expostas do piso do primeiro andar, denotando a deterioração do mesmo e possibilidade de desabamento do teto. Fomos informados que chove dentro em várias áreas no interior da edificação. Não há mais instalações de água e esgoto disponíveis dentro da edificação; remanescem apenas buracos no chão e paredes. Constatamos a possibilidade de desabamento do forro e do teto (correspondente ao piso do primeiro pavimento). Do ponto de vista arquitetônico não há restrições ao uso como centro cultural. A recuperação do imóvel deveria ser planejada com urgência, para que o estado atual da edificação não piore e para evitar que isto embase justificativas de sua demolição.

6. Fotos do antigo Museu do Índio





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL



7. Providência

- a. Oficiar a Prefeitura, INEPAC e IPHAN quanto ao interesse histórico, artístico e cultural da edificação.
- b. Oficiar a CONAB quanto as providências para evitar a ruína do imóvel.

V. Audiência Pública

1. Debate Público em Santa Teresa

Em 4 de outubro de 2011 a Comissão realizou um importante evento no bairro de Santa Teresa, região da Cidade do Rio de Janeiro que constitui, simultaneamente APA e APAC. O edital de convocação havia sido publicado em 16.09.2011, no Diário Oficial da CMRJ (p. 4).

A *Audiência Pública para discutir as condições urbanísticas de conservação e preservação do Bairro de Santa Teresa*, convertida em Debate Público em sua abertura — em concordância com os precedentes regimentais da CMRJ —, ocorreu na Paróquia Anglicana de São Paulo Apóstolo, em Santa Teresa.

Além das Vereadoras Sonia Rabello e Andrea Gouvêa Vieira (relatora da Comissão), das autoridades anglicanas e dos membros das associações de moradores, comerciantes e entidades culturais, fizeram-se presentes:

- Do Poder Executivo Municipal:
 - o Paulo Vidal, Coordenador de Conservação e Projetos Especiais da Subsecretaria Municipal do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro;
 - o Isabela Lobato, Coordenadora de Preservação Ambiental da Secretaria Mun. de Meio Ambiente do RJ, representando o Vice-Prefeito e Secretário de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz;
 - o Washington Costa Jr., Administrador Regional de Santa Teresa (XXIII RA);



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

- o Ahmed Heloui, Gerente de Novas Alternativas da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro;
- o Luiz Eduardo Pinheiro, Gerente de Conservação e Fiscalização da Subsecretaria Municipal do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro;
- Da Polícia Federal, o Delegado Fábio Scliar, Chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

Destaca-se que apesar de convidados por convite impresso e eletrônico (*e-mail*), **nenhum dirigente dos Órgãos de Patrimônio federal (IPHAN) e estadual (INEPAC) compareceu**. Também o Ministério Público do Estado não enviou representante.

O resultado principal dos trabalhos foi a conclusão de que o bem histórico “Bondes de Santa Teresa” — tombado em 1988 (Processo E-03/31.269/83) — deveria ser considerado parte da candidatura carioca à titulação da Unesco de Patrimônio Cultural da Humanidade. A Presidência da Comissão enviou ofício à Unesco materializando este anseio da Cidade do Rio de Janeiro.

Também foi ultimada a necessidade de que o Conselho Gestor do bairro de Santa Teresa, previsto na legislação das APAs (Lei 9985/2000), seja devidamente instalado e munido de estrutura. Este propósito motivou emenda orçamentária, de autoria da Vereadora Sonia Rabello, para instalação do Conselho Gestor tanto em Santa Teresa quanto em outras áreas de preservação.

A íntegra do Debate Público de Santa Teresa foi publicada no Diário Oficial da CMRJ, em 18.10.2011 (Ano XXXV, nº. 193, fls. 39 a 49).

VI. Conclusão

A preservação de nosso patrimônio cultural implica na compreensão de nossa história comum, permitindo a sociedade defender sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural. A identidade cultural é a riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da sociedade ao mobilizar cada grupo social a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua criação. Não podemos esquecer que a preservação do patrimônio cultural é um incentivador da produção cultural. É necessário partirmos da concepção da importância social da preservação do patrimônio cultural.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural do Rio de Janeiro tem sido freqüentemente danificado ou destruído pelos processos tecnológicos, urbanização ou por negligência. Todas essas ações contribuem para romper o vínculo e memória da sociedade em relação ao seu passado. Assim, é necessário definirmos uma política cultural capaz de resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento. O objetivo não é a produção, o lucro ou o consumo por si mesmo, mas a realização individual e coletiva. Devemos estar atentos a troca do potencial do patrimônio cultural, acumulado através de séculos, pela ganância fácil do “aqui e agora”. Precisamos de novos modelos e é no âmbito da cultura e da educação que serão encontrados.

As dificuldades de conservação dos bens culturais implicam em graves prejuízos. Os reflexos negativos da falta de conservação são diversos: a desambientação dos monumentos, a falsa adaptação às exigências ou gosto e a redução do bem cultural a simples mercadoria. Portanto, é necessário estabelecer uma política de conservação do patrimônio cultural, através de diversos planos, programas e projetos que permitam estabelecer a conservação contínua dos bens culturais:

1. Plano Diretor: estabelecer ou incluir na política de desenvolvimento urbano, um plano de conservação e restauração, tornando a lei instrumento eficaz de coibição da destruição dos bens culturais;
2. Programas de educação patrimonial;
3. Programas de segurança, prevenção e combate a incêndios;

Os planos, programas e projetos de conservação do patrimônio cultural carioca deverão ser elaborados por um Grupo de Trabalho com profissionais da esfera municipal, estadual e federal. O trabalho integrado fará frente aos perigos de deterioração e até de desaparecimento total de nossos bens culturais. Todas as esferas governamentais devem agir de forma integrada para salvar os valores culturais que são insubstituíveis, adotando urgentemente uma política de conservação, como parte do planejamento da cidade. Desse modo, deveremos adotar uma política que permita enfrentar os perigos que ameaçam o patrimônio cultural, integrando a conservação do patrimônio e os programas de planejamento geral com recursos adequados. Nesse processo, devemos contar com estudos e pesquisas sobre os bens culturais aperfeiçoando os métodos, normas e critérios de intervenção.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Com base nesta proposta poderemos preparar um projeto de lei que determine a efetiva conservação do patrimônio cultural do Rio de Janeiro. Para tanto, propomos a continuidade da Comissão Especial de Patrimônio Cultural visando à elaboração de um plano integrado de salvaguarda do nosso patrimônio cultural.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

ANEXOS



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

PARQUE DO FLAMENGO, TRECHO ENSEADA-PRAINHA — PROGRAMA ORIGINAL E PROPOSTAS			
PLANO DO PARQUE, 1965	PROJETO 1976	ANTEPROJETO 1988	ANTEPROJETO 2010
PAVILHÃO DE FLORES com alojamento de encarregados da flora e da fauna neste trecho, c. 350m ²	PAVILHÃO PARA BARCOS (área seca) e administração, cobertura em terraço-jardim, 1.680m ²	mantido o PAVILHÃO PARA BARCOS de 1976, 1.680m ²	ÁREA DE APOIO NÁUTICO, 7.722m ² e administração marinha, 502m ²
RIPADO PARA PLANTAS ORNAMENTAIS, aberto, c.2.160m ² *	RIPADO PARA PLANTAS ORNAMENTAIS, aberto (não executado) *	RIPADO PARA PLANTAS ORNAMENTAIS E FAUNA (umbráculo), parcialmente aberto, 11.430m ² , cota 8 a 15m *	—
AQUARIUM circular, c.1.134m ²	—	AQUARIUM com AUDITÓRIO e área de lanches, 3.500m ² , cota 8m	—
2 GAIOLAS DE PÁSSAROS, c.150m ² cada *	—	—	—
10 PÍERES curtos na ponta da enseada	4 PÍERES longos, construído apenas 1	mantido 1 PÍER longo	5 ou mais PÍERES semi-longos
ENSEADA marginada por enrocamento de proteção e livre de obstáculos, além dos píeres	mantida a ENSEADA com enrocamento original e livre de obstáculos	mantida a ENSEADA com enrocamento original e livre de obstáculos	DECK DE APOIO NÁUTICO sobre o espelho d'água, área de projeção 12 mil m ² , com construções de cota 5,50m, 1.890m ² VIA DE VEÍCULOS sobre o enrocamento original
ÁREA DE PIQUENIQUE com mesas e bancos em área sombreada (bosque)	mantida a ÁREA DE PIQUENIQUE e o bosque	mantida a ÁREA DE PIQUENIQUE e o bosque	supressão de parte da ÁREA DE PIQUENIQUE e do bosque para inserção de CENTRO CULTURAL de mais de 26 mil m ² , com auditório, 1.375m ² ; salão de feiras e exposições, 9.612m ² ; mezanino, áreas de apoio etc.
PRAINHA no trecho inicial da praia de 1.500m e CAMINHO direto de acesso	mantida a PRAINHA e o CAMINHO de acesso direto	mantida a PRAINHA e o CAMINHO de acesso direto	—
CAMINHOS E JARDINS entre a ponta da enseada e área de piquenique e a autopista	CAMINHOS E JARDINS existentes sem alterações decorrentes do projeto	CAMINHOS E JARDINS existentes sem alterações decorrentes do projeto	—
estacionamentos para carros projetados em áreas periféricas, não ali	ESTACIONAMENTO PARA CARROS junto ao pavilhão, 285 vagas	mantido ESTACIONAMENTO PARA CARROS junto ao pavilhão, 285 vagas	ESTACIONAMENTOS E PARADA DE CARROS, VANS E ÔNIBUS, cerca de 58.904m ² , 2.427 ou mais vagas
—	—	—	TERMINAL TURÍSTICO, quase 3 mil m ²
—	—	—	MOLHE de quase 200m de extensão para a plataforma do terminal turístico
—	—	—	RESTAURANTES, mais de 3 mil m ²
—	—	—	PASSAGEM DE NÍVEL na entrada, cota quase 7m
—	—	—	—
construções térreas	2 pisos (1 subsolo, 1 semi-enterrado) + terraço-jardim, cota = 6,80m	2 pisos + terraço-jardim (pavilhão), cotas 6,80m e 8m (aquário)	3 pisos (1 subsolo, 2 semi-enterrados) + cobertura ajardinada, cota = 15m
área construída c. 1.484 m ²	área construída 1.680 m ²	área construída 5.180 m ²	área construída 44.926 m ² com deck na enseada = 58.816m ²

OBS: cota = altura acima do nível do mar

* não conta como área construída

QUADRO III